

FRANCISCO DIRCEU BARROS

Procurador-Geral de Justiça

TRATADO
DOUTRINARIO DE
**PROCESSO
PENAL**

2ª EDIÇÃO

Revista. Atualizada e Ampliada

Tratado Doutrinário de Processo Penal - 2ª edição

© Francisco Dirceu Barros

EDITORA MIZUNO 2021

Revisão: José Silva Sobrinho

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
B277t	<p>Barros, Francisco Dirceu</p> <p style="text-align: center;">Tratado doutrinário de processo penal / Francisco Dirceu Barros. – Leme, SP: Mizuno, 2021.</p> <p>1084 p. : 17 x 24 cm – (Tratado Doutrinário de Direito Penal; v. 1)</p> <p>Inclui bibliografia. Índice alfabético remissivo.</p> <p>ISBN 978-65-5526-127-1</p> <p>1. Acesso à justiça. 2. Direito penal. 3. Processo penal – Brasil. I. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDD 345.81</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Nos termos da lei que resguarda os direitos autorais, é expressamente proibida a reprodução total ou parcial destes textos, inclusive a produção de apostilas, de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, reprográficos, de fotocópia ou gravação.

Qualquer reprodução, mesmo que não idêntica a este material, mas que caracterize similaridade confirmada judicialmente, também sujeitará seu responsável às sanções da legislação em vigor.

A violação dos direitos autorais caracteriza-se como crime incurso no art. 184 do Código Penal, assim como na Lei n. 9.610, de 19.02.1998.

O conteúdo da obra é de responsabilidade dos autores. Desta forma, quaisquer medidas judiciais ou extrajudiciais concernentes ao conteúdo serão de inteira responsabilidade dos autores.

Todos os direitos desta edição reservados à
EDITORA MIZUNO

Rua Benedito Zacariotto, 172 - Parque Alto das Palmeiras, Leme - SP, 13614-460
Correspondência: Av. 29 de Agosto, nº 90, Caixa Postal 501 - Centro, Leme - SP, 13610-210
Fone/Fax: (0XX19) 3571-0420

Visite nosso site: www.editoramizuno.com.br
e-mail: atendimento@editoramizuno.com.br

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1

PERSECUÇÃO PENAL EXTRAJUDICIAL: “DO INQUÉRITO POLICIAL” (ARTS. 4º A 23)	27
1. Noções práticas sobre a matéria	27
2. As características do inquérito policial	35
3. A finalidade do inquérito na ótica do STF	55
4. Como se inicia o inquérito policial	56
5. Dos prazos	61
6. Principais incumbências da autoridade policial	66
7. Diligências realizadas pela autoridade policial	70
8. Da reconstituição	72
9. Como termina o inquérito policial	73
10. A natureza jurídica do inquérito policial	75
11. Do arquivamento do procedimento inquisitorial	75
13. Observações	90
14. As cautelas que devem ser observadas na ação privada	90
15. Termo circunstanciado de ocorrência	90
16. O auto de apreensão nos atos infracionais	92
17. A lavratura do auto de prisão em flagrante e o laudo provisório no caso da apreensão de drogas	92
18. Da infiltração de agentes de polícia para a investigação de crimes contra a dignidade sexual de criança e de adolescente	92
19. Divergência na doutrina	93
20. Casos práticos (<i>Questões da prática forense penal</i>)	94
21. Casos processuais superinteressantes (<i>Questões retiradas da minha prática atuando como Promotor criminal em 17</i>)	97

CAPÍTULO 2

DA INVESTIGAÇÃO CRIMINAL SUPERVISIONADA JUDICIALMENTE (CONSTRUÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DO STF/STJ)	101
1. Investigação criminal supervisionada judicialmente	101
2. Principais características da investigação criminal supervisionada judicialmente	101
3. Delegação dos atos de investigação	102
4. O poder requisitório do Ministério Público na investigação criminal supervisionada judicialmente	102
5. Consequência jurídica da falta de autorização para abertura da investigação	102
6. Consequência do procedimento investigatório realizado <i>ex officio</i> pela autoridade policial	107
7. A investigação criminal supervisionada judicialmente e o posicionamento do STJ	107
8. A investigação criminal supervisionada judicialmente e o posicionamento do STF	107
9. Os titulares da investigação criminal supervisionada judicialmente e a respectiva competência da supervisão	108

10. Prisão em flagrante e a investigação criminal supervisionada judicialmente	111
11. Prisão preventiva e temporária de congressistas e a investigação criminal supervisionada judicialmente	111
12. O indiciamento na investigação criminal supervisionada judicialmente	112
13. A titularidade do indiciamento na investigação criminal supervisionada judicialmente	112
14. Investigações em face de pessoas que detêm prerrogativa de foro no qual a investigação criminal não será supervisionada judicialmente	113

CAPÍTULO 3

O ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL (ARTIGO 28-A)	115
1. Conceito	115

CAPÍTULO 4

PERSECUÇÃO PENAL JUDICIAL: "DA AÇÃO PENAL" (ARTS. 24 A 62)	157
1. Da ação penal	157
2. Ação penal pública incondicionada	164
3. Ação Penal Adesiva	167
4. A ação penal no crime complexo	168
5. Ação penal pública condicionada	171
6. Ação penal privada	175
7. O prazo para ofertar a queixa e a representação	176
8. A decadência	176
9. Ação penal nos crimes contra a dignidade sexual	179
10. Da Queixa-Crime	180
11. Da denúncia	186
12. Casos práticos (<i>Questões da prática forense penal</i>)	199
13. Casos processuais superinteressantes (<i>Questões retiradas da minha prática atuando como promotor criminal em 17 anos</i>)	211

CAPÍTULO 5

DA AÇÃO CIVIL EX DELICTO (ARTS. 63 A 68)	223
Em que consiste?	223
1. As partes legítimas	223
2. As formas de ação civil	224
3. Da competência	226
4. Os sistemas	227
5. O valor mínimo da indenização na sentença criminal	228
6. A coisa julgada	229
7. As exceções	230
8. A ação civil <i>ex delicto</i> e as causas extintivas da punibilidade	232
9. A ação civil <i>ex delicto</i> e a sentença concessiva de perdão judicial	232
10. Casos práticos	233

CAPÍTULO 6

DA JURISDIÇÃO, DO CONFLITO DE JURISDIÇÃO, DO CONFLITO DE ATRIBUIÇÃO (ARTS. 113 A 117)	241
1. Noções práticas sobre a matéria	241
2. Conflito de jurisdição	249
3. Divergência jurisprudencial	252
4. Casos práticos (<i>Questões da prática forense penal</i>)	253
5. Casos processuais superinteressantes (<i>Questões retiradas da minha prática atuando como promotor criminal em 17 anos</i>)	255

CAPÍTULO 7

DA COMPETÊNCIA (ARTS. 69 A 91)	261
1. Conceito	261
2. Tipos de competência	261
3. Fatores determinantes da competência jurisdicional	262
4. O lugar da infração (<i>ratione loci</i>)	262
5. O domicílio ou residência do réu	265
6. Da competência pela natureza da infração	266
7. Da distribuição	267
8. Da competência por conexão	268
9. Da competência por continência	270
10. O Juiz prevalente e o fenômeno da advocatória	278
11. A perpetuação da jurisdição (<i>Perpetuatio jurisdictionis</i>)	279
12. Exceções à unidade do processo	280
13. A prevenção (art. 83)	283
14. A prerrogativa de função (<i>ratione personae</i>)	285
15. Disposições especiais	290
16. O incidente de deslocamento de competência da Justiça Estadual para a Justiça Federal	291
17. A exceção da verdade e o foro por prerrogativa de função	291
18. Casos práticos (<i>Questões da prática forense penal</i>)	293

CAPÍTULO 8

DAS QUESTÕES PREJUDICIAIS E PROCESSOS INCIDENTES (ARTS. 92 A 111)	311
1. Das questões prejudiciais e processos incidentes	311
2. Das questões prejudiciais	311
3. Principais regras	316
4. Os sistemas de solução	317
5. A natureza jurídica	318
6. Das exceções	319
7. Da suspeição	321
8. A exceção de incompetência do juízo	326
9. As exceções de litispendência, ilegitimidade de parte e coisa julgada	327
10. Das incompatibilidades e dos impedimentos	330
11. Casos práticos (<i>Questões da prática forense penal</i>)	330

CAPÍTULO 9

DA RESTITUIÇÃO DAS COISAS APREENDIDAS (ARTIGOS 118 A 124)	335
1. Breve noção didática sobre a restituição das coisas apreendidas	335
2. Legislação especial e restituição de coisas apreendidas	341

CAPÍTULO 10

DAS MEDIDAS ASSECURATÓRIAS (ARTS. 125 A 144-A)	343
1. Noções práticas sobre a matéria	343
2. Do sequestro	343
3. Da hipoteca	346
4. Do arresto	347

CAPÍTULO 11

DO INCIDENTE DE FALSIDADE (ARTS. 145 A 148)	351
1. Noções práticas sobre a matéria.....	351
2. Conceito	351
3. Do procedimento	352
4. Tipos de falsidade do documento.....	352
5. Casos processuais superinteressantes (<i>Questões retiradas da minha prática atuando como promotor criminal em 17 anos</i>).....	353

CAPÍTULO 12

DA INSANIDADE MENTAL DO ACUSADO (ARTS. 149 A 154)	355
1. Noções práticas sobre a matéria.....	355
2. A importância do exame de insanidade.....	355
3. Legitimidade para requerer o incidente de insanidade mental.....	355
4. Do procedimento	356
5. Consequências processuais da insanidade mental do acusado.....	356
6. O período em que pode ser instaurado o incidente de insanidade mental	356
7. Da formulação de quesitos.....	357
8. Prazo para conclusão do exame.....	357
9. Casos práticos (<i>Questões da prática forense penal</i>)	358
10. Casos processuais superinteressantes (<i>Questões retiradas da minha prática atuando como promotor criminal em 17 anos</i>).....	359

CAPÍTULO 13

DAS PROVAS (ARTS. 155 A 184)	361
1. Noções práticas sobre a matéria.....	361
2. As presunções absolutas.....	365
3. Os fatos impossíveis	366
4. Os fatos irrelevantes ou impertinentes	366
5. Os fatos axiomáticos (intuitivos).....	366
6. O Direito Federal.....	366
7. <i>Prova ad perpetuam rei memoriam</i> (ou provas antecipadas)	389
8. Do exame do corpo de delito e das perícias em geral.....	390
9. Das perícias.....	394
10. Casos práticos.....	397

CAPÍTULO 14

DO INTERROGATÓRIO DO ACUSADO (ARTS. 185 A 196)	413
1. Noções práticas sobre a matéria.....	413
2. Natureza jurídica do interrogatório	413
3. Principais características do interrogatório.....	413
4. O momento do interrogatório.....	414
5. Principais regras do interrogatório judicial.....	416
6. A possibilidade de novo interrogatório.....	417
7. A nomeação de curador.....	417
8. O interrogatório do surdo e do mudo.....	417

9. O interrogatório do estrangeiro.....	417
10. O interrogatório por videoconferência	417
11. Interrogatório por precatória	418
12. Interrogatório sub-reptício	418

CAPÍTULO 15

DA CONFISSÃO E DAS PERGUNTAS AO OFENDIDO (ARTS. 197 A 201)	419
1. Da Confissão.....	419
2. Do Ofendido	424

CAPÍTULO 16

DAS TESTEMUNHAS (ARTS. 202 A 225)	427
1. Noções Práticas Sobre a Matéria	427
2. As características da prova testemunhal.....	427
3. Principais regras sobre o depoimento das testemunhas.....	427
4. O número das testemunhas	428
5. A oitiva das testemunhas <i>ex officio</i>	429
6. A testemunha e a obrigação de depor.....	429
7. As pessoas que não são obrigadas a prestar compromisso	430
8. O sistema do <i>cross examination</i>	430
9. Depoimentos previamente ajustados.....	431
10. A oitiva das testemunhas em separado.....	431
11. A contradita das testemunhas e a terminologia “aos costumes disse nada”	431
12. Classificação das provas testemunhais	432
13. A inquirição de testemunha por videoconferência.....	432

CAPÍTULO 17

DO RECONHECIMENTO DE PESSOAS E COISAS (ARTS. 226 A 228)	437
1. Noções práticas.....	437
2. A natureza jurídica do reconhecimento	437
3. O procedimento do reconhecimento de pessoas.....	437
4. Reconhecimento de pessoas e coisas por videoconferência.....	438

CAPÍTULO 18

DA PRISÃO E DAS MEDIDAS CAUTELARES PESSOAIS (ARTS. 282 A 320)	441
1. Noções gerais sobre a matéria.....	441
2. Momento em que pode ser efetuada a prisão.....	443
3. Formalidades do mandado de prisão	443
4. As cautelas que devem ser tomadas no recolhimento do preso	445
5. A prisão em outro território por precatória	446
6. A prisão em outro território em caso de urgência	446
7. Em que tempo o preso deverá ser removido	447
8. Separação dos presos provisórios e o local da prisão do militar	447
9. A prisão em outro território por perseguição policial.....	447
10. Prisão em domicílio em decorrência de mandado judicial	448
11. Entrada em domicílio para efetuar prisão em flagrante.....	448
12. Consequências da prisão ilegal realizada dentro do domicílio	448
13. Da prisão especial	449

14. A prisão provisória domiciliar.....	452
15. Das medidas cautelares pessoais.....	456
16. Suspensão da permissão ou da habilitação para dirigir veículo automotor, ou a proibição de sua obtenção.....	462
17. Afastamento cautelar do denunciado de suas atividades, se for funcionário público, nos crimes de tráfico de drogas.....	462
18. Prisão precautelada.....	463
19. Da prisão preventiva.....	477
20. Da prisão administrativa.....	490
21. Da prisão civil.....	491
22. A prisão em consequência da pronúncia.....	491
23. Prisão temporária.....	492
24. A prisão por sentença condenatória recorrível.....	494
25. Casos práticos.....	498
26. Casos processuais superinteressantes.....	499

CAPÍTULO 19

DA LIBERDADE PROVISÓRIA, COM OU SEM FIANÇA (ARTS. 321 A 350).....	511
1. Da liberdade provisória.....	511
2. Casos em que o art. 310 do Código de Processo Penal "não poderia" ser aplicado.....	515
3. Liberdade provisória obrigatória e facultativa.....	515
4. Casos em que não era possível a liberdade provisória.....	515
5. A liberdade provisória e os crimes hediondos.....	516
6. A liberdade provisória e os crimes de menor potencial ofensivo.....	517
7. Da fiança.....	517
8. Casos práticos.....	525
9. Casos processuais superinteressantes.....	526

CAPÍTULO 20

DO JUÍZ, DO MINISTÉRIO PÚBLICO, DO ACUSADO E DEFENSOR, DOS ASSISTENTES E AUXILIARES DA JUSTIÇA (ARTS. 251 A 281).....	531
1. Do juiz.....	531
2. Do Ministério Público.....	542
3. Do acusado e seu defensor.....	558
4. Dos assistentes.....	565
5. Dos auxiliares da Justiça.....	572
6. Casos práticos.....	576
7. Casos processuais superinteressantes.....	581

CAPÍTULO 21

DAS CITAÇÕES E INTIMAÇÕES (ARTS. 351 A 372).....	599
1. Das citações.....	599
2. Das intimações.....	617
3. Casos práticos.....	621
4. Casos processuais superinteressantes.....	626

CAPÍTULO 22

DA SENTENÇA CRIMINAL (ARTS. 381 A 393).....	635
1. Noções didáticas sobre a matéria.....	635
2. Os provimentos jurisdicionais.....	635
3. A coisa julgada.....	651

4. O princípio da correlação entre a acusação e a sentença	653
5. A <i>emendatio libelli</i>	654
6. <i>Mutatio libelli</i>	660
7. Casos de absolvição	667
8. O procedimento nos casos de condenação	670
10. Como é feita a intimação da sentença	676
11. A necessidade de fundamentação da sentença	677
12. Casos práticos	677
13. Casos processuais superinteressantes	683

CAPÍTULO 23

DAS NULIDADES (ARTS. 563 A 573)	691
1. Noções didáticas sobre a matéria	691
2. Ocasão para arguição de nulidades	693
3. Motivos determinantes das nulidades	693
4. O sistema legal das nulidades	694
5. Sistemas de aferição das nulidades	694
6. Divisão das nulidades	695
7. Os princípios referentes às nulidades	697
8. Efeitos das nulidades	703
9. As nulidades em espécie	703
10. Casos práticos	719
11. Casos processuais superinteressantes	724

CAPÍTULO 24

TEORIA GERAL DOS RECURSOS (ARTS. 574 A 580)	729
1. Noções didáticas sobre a matéria	729
2. Princípios recursais	731
3. O fundamento recursal	737
4. Pressupostos recursais	738
5. O Juízo de prelibação	746
6. A extinção normal e anormal dos recursos	747
7. Os efeitos recursais	749
8. A origem dos recursos	752
9. O recurso <i>ex officio</i> (<i>reexame necessário</i>)	753
10. A indisponibilidade recursal por parte do Ministério Público	755
11. A legitimidade recursal	756
12. A forma de interposição de recurso	758
13. Os recursos e o erro ou omissão dos funcionários	759
14. Casos práticos	759
15. Casos processuais superinteressantes	761

CAPÍTULO 25

ESTUDO ESPECÍFICO DOS RECURSOS (ARTS. 581 A 638)	765
1. O recurso em sentido estrito	765
2. Do agravo de execução	776
3. Da apelação	785
4. A deserção da apelação	789

5. Dos efeitos	789
6. Da legitimidade	790
7. A <i>reformatio in pejus</i> e a apelação	795
8. Dos embargos	805
9. Recursos constitucionais	814
10. Da carta testemunhável	828

CAPÍTULO 26

AÇÕES DE IMPUGNAÇÕES (ARTS. 621 A 667)	833
1. Da revisão criminal	833
2. Do mandado de segurança criminal	845
3. Do <i>habeas corpus</i>	850
4. Casos práticos	871
5. Casos processuais superinteressantes	873
6. Súmulas do STF sobre o tema	878
7. Súmulas do STJ sobre o tema	878

CAPÍTULO 27

DOS PROCEDIMENTOS (ARTS. 394 A 562)	879
--	-----

PARTE I - DO PROCEDIMENTO COMUM ORDINÁRIO (ARTS. 394 A 502)

1. Breve introdução	879
2. Processo e procedimento	880
3. Delitos que não seguem o procedimento comum	881
4. O início do prazo para a defesa	886
5. As formas de citação	886
6. A defesa inicial do réu	887
7. Arguição de exceções	888
8. A consequência da falta de defesa do réu	890
9. Da absolvição sumária	891
10. A audiência de instrução e julgamento	892
11. A audiência una	894
12. O número das testemunhas	894
13. Das diligências	895
14. Das alegações finais	895
15. A substituição das alegações finais por memoriais escritos	895
16. Lavratura da ata	896
17. A gravação dos depoimentos	896

PARTE II - PROCEDIMENTO COMUM SUMÁRIO (ARTS. 531 A 540)

1. Início do procedimento	897
2. Recebimento da denúncia com suspensão condicional do processo	897
3. Recebimento da denúncia sem suspensão condicional do processo	898
4. Da audiência de instrução e julgamento	898
5. Número de testemunhas	898
6. Da audiência una	898
7. Das alegações finais	899

PARTE III - DO PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO (LEI 9.099/95)

1. Síntese do procedimento para aplicação da transação penal.....	900
2. Síntese do procedimento penal sumaríssimo	901
3. Os crimes de responsabilidade dos funcionários públicos.....	906
4. Audiência de conciliação.....	913
5. Arquivamento da queixa.....	914
6. A exceção da verdade ou da notoriedade do fato.....	914
7. Aspectos forenses práticos.....	916
8. O procedimento a ser adotado.....	918
9. Crime que deixa vestígios.....	920
10. A prova de direito à ação.....	920
11. A diligência de busca ou de apreensão.....	920
12. A homologação do laudo.....	920
13. Uma condição de procedibilidade.....	920
14. Os fiéis depositários.....	921
15. A destruição da produção ou reprodução.....	921
16. A destruição dos bens ilicitamente produzido.....	921
17. Assistente da acusação.....	922
18. Procedimento da restauração de autos extraviados ou destruídos (Arts. 541 a 548).....	923
19. Audiência para oitivas partes.....	923
20. Das diligências.....	923
21. Autos em concluso.....	923
22. Responsabilidade dos causadores do extravio.....	923
23. Observações práticas.....	923
24. A Primeira fase (<i>Judicium accusationis</i>).....	924
25. A primeira atividade do juiz.....	924
26. A defesa inicial do réu.....	929
27. A consequência da falta da defesa inicial do réu.....	932
28. A réplica.....	933
29. Do saneamento do processo.....	933
30. A audiência de instrução.....	934
31. <i>A mutatio libelli no júri</i>	935
32. Consequência da <i>mutatio libelli</i> no júri.....	936
33. A vedação à aplicação da <i>mutatio libelli</i> em segundo grau.....	936
34. As alegações finais.....	937
35. O momento para apresentação das nulidades.....	940
36. O impedimento da defesa requer a pronúncia do acusado.....	940
37. A atividade do juiz após a apresentação das alegações finais.....	940
38. O tempo final para conclusão da primeira fase (<i>judicium accusationis</i>).....	940
39. Da pronúncia.....	944
40. Da impronúncia.....	960
41. Da desclassificação.....	962
42. Da absolvição sumária.....	968
43. Os recursos da sentença da primeira fase.....	973
44. A solução prática para o caso de o juiz ao pronunciar ou impronunciar detectar indícios de autoria ou de participação de outras pessoas não incluídas na acusação.....	973
45. Da <i>emendatio libelli</i>	974
46. Alteração na pronúncia.....	977
47. O desaparecimento do libelo.....	978

48. Do alistamento dos jurados.....	984
49. Alteração da lista	984
50. A publicação da lista	984
51. Do desaforamento	986
52. A preferência dos julgamentos	992
53. O limite legal para o assistente requerer a habilitação para atuar no plenário do júri.....	993
54. O preparo inicial do júri.....	993
55. A convocação e o sorteio dos jurados.....	993
56. Os isentos do júri.....	997
57. Os privilégios dos jurados	997
58. A responsabilidade criminal dos jurados	998
59. Da composição do tribunal do júri e da formação do Conselho de Sentença.....	999
60. Da reunião e das sessões do tribunal do júri	1002
61. A separação das testemunhas	1006
62. A abertura da sessão.....	1007
63. O sorteio dos suplentes.....	1007
64. O que o juiz deve fazer antes de sortear os jurados.....	1008
65. A certidão de incomunicabilidade dos jurados.....	1008
66. O sorteio dos jurados	1009
67. As escusas peremptórias	1009
68. A solução para o estouro da urna.....	1013
69. A solução para arguida de impedimento, de suspeição ou de incompatibilidade contra o juiz presidente do tribunal do júri, órgão do Ministério Público, jurado ou qualquer funcionário	1013
70. O juramento solene dos jurados.....	1013
71. Da instrução em plenário.....	1014
72. Dos debates em plenário.....	1020
73. A conclusão dos debates e a leitura dos quesitos.....	1029
74. A verificação de fato reconhecido como essencial para o julgamento da causa.....	1029
75. Do questionário e sua votação.....	1030
76. A sentença final do júri.....	1044
77. A leitura da sentença em plenário	1046
78. Da ata dos trabalhos	1046

CAPÍTULO 28

PROCESSO PENAL PREMIAL (COLABORAÇÃO PREMIADA - LEI Nº 12.850/2013)	1053
1-Origem da colaboração premiada.....	1053
2. Conceito	1053
3. Finalidades da colaboração premiada.....	1054
4. Momento em que pode ser realizada a colaboração premiada	1054
5. Natureza jurídica da colaboração premiada.....	1055
6. Possibilidade jurídica.....	1056
7. Requisitos para concessão	1056
8. Colaboração premiada <i>versus</i> delação premiada.....	1058
9. O crime cometido pelo colaborador quando prestar depoimento falso.....	1058
10. O caráter personalíssimo da colaboração.....	1058
11. Os benefícios da colaboração premiada	1059
12. Direitos do colaborador.....	1060
13. A retratação da proposta de colaboração premiada.....	1060

14. O colaborador na condição de informante	1060
15. Renúncia ao direito do silêncio.....	1060
16. A concessão do benefício e a personalidade do colaborador.....	1061
17. A colaboração premiada e o princípio do contraditório.....	1062
18. A necessidade de homologação do acordo de colaboração premiada	1062
19. O direito subjetivo à percepção dos benefícios da colaboração	1063
20. Suspensão do prazo para oferecimento de denúncia e da prescrição	1063
21. Rejeição do acordo.....	1063
22. A colaboração premiada e o princípio <i>nemo tenetur se detegere</i>	1065
23. As tratativas de negociação e a Lei 13.964/19.....	1065
CAPÍTULO 29	
JUIZ DAS GARANTIAS (CAPÍTULO SUB JUDICE)	1067
1. Breves noções didáticas.....	1067
2. Funções do juiz das garantias.....	1067
3. Outras funções do juiz de garantias.....	1071
4. Prorrogação da duração do inquérito policial.....	1074
5. Cessação da competência do juiz das garantias.....	1074
6- Desvinculação do juiz das garantias e do juiz de instrução.....	1074
7. Teoria da descontaminação do juízo.....	1074
8. Designação do juiz de garantias	1075
REFERÊNCIAS	1077
ÍNDICE ALFABÉTICO REMISSIVO	1079

ATUALIZAÇÃO ON-LINE
até 31/12/2021

Escaneie o código com seu **smartphone** ou acesse
<https://diariododireito.com.br/#/qrshow/12>

